

Breve interpretação do socioambientalismo: do desenvolvimento ao consumo cultural

Margarete Panerai Araújo^{*}
Judite Sanson de Bem^{**}
Moisés Waismann^{***}

1 Introdução

Um movimento que iniciou nos anos 1980, com ideias ecológicas ficou conhecido como socioambientalismo, e deixou seus registros na Constituição Federal de 1988. Essa mudança paradigmática, proposta pelo movimento, previu uma interpretação mais sistêmica, considerando que não era possível dissociar cultura de meio ambiente, bem como das populações que vivem nele, ou seja, uma proposta axiológica de integração do todo. Mas, foi somente nos anos 1990, que as leis ambientais foram editadas com essa visão ecocêntrica, que, no Brasil, foi absorvida nos instrumentos e mecanismos de gestão dos bens socioambientais.

Notou-se uma articulação entre a biodiversidade e a sociodiversidade prevista na Lei n. 9.985/2000, referente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), ou seja, a ideia de que no socioambientalismo o ser humano e a natureza são um só, partes integrantes e participantes da vida humana, conforme afirmou Santos (2001). Essa interpretação sistêmica também

^{*} Pós-Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/Ebape/RJ (2013). Pós-Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras Unesco e Gestão de Cidades na Umesp (2010). Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004). Professora e pesquisadora, na linha de pesquisa Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa em Memória Social e Bens Culturais (Unilasalle). *E-mail*: mpanerai@terra.com.br

^{**} Pós-Doutora em Economia da Cultura pela UFRGS (2014). Doutorado em História Íbero-Americana pela PUCRS (2001). Coordenadora do curso de Ciências Econômicas e professora e pesquisadora, na linha de pesquisa Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa em Memória Social e Bens Culturais. (Unilasalle) *E-mail*: jsanson@terra.com.br

^{***} Doutor em Educação pela Unisinos (2013). Professor e pesquisador na linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculado ao Programa em Memória Social e Bens Culturais (Unilasalle). Coordenador do Observatório Unilasalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas. *E-mail*: moises.waismann@gmail.com

esteve presente nos conceitos e objetivos sobre desenvolvimento, sustentabilidade e influenciaram no ordenamento jurídico brasileiro.

Neste sentido, é objetivo deste texto refletir sobre essas interpretações sistêmicas do desenvolvimento e das suas interfaces relacionadas. Este estudo, pensado academicamente, justifica-se, pois permite descobrir outros fatos, dados ou relações que podem ampliar o conhecimento mediante a interdisciplinaridade da temática.

Este capítulo está dividido em quatro sessões, nessa introdução, o referencial teórico que aborda o desenvolvimento e a sustentabilidade com algumas considerações; posteriormente, a discussão reflexiva sobre a cultura e sua interface com o desenvolvimento. Por último, as conclusões e referências utilizadas.

2 Desenvolvimento e sustentabilidade: algumas considerações teóricas

Nesta parte pretende-se destacar algumas interpretações teóricas acerca das categorias: desenvolvimento, sustentabilidade, consumo e demanda de bens culturais. Sabe-se que os temas desenvolvimento e sustentabilidade não são recentes, contudo, diferentes interpretações foram sendo construídas.

Ao longo dos séculos, as interpretações de desenvolvimento não foram sempre as mesmas. Primeiramente, este era entendido como crescimento, ou seja, uma variação positiva do Produto Interno Bruto (PIB) de uma sociedade, sem maior preocupação com melhorias na sociedade, ou seja, saúde educação e outros. Já na década de 1980 e início dos anos de 1990, este conceito passa a ser considerado insuficiente e, mediante estudos da ONU, são introduzidos novos indicadores, que indicam se a região é ou não desenvolvida. Estes estudos ficaram registrados nos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Becker (1997) expõe que, na década de 1960, a via de desenvolvimento proposta ao Terceiro Mundo foi o mesmo modelo seguido pelas nações ocidentais, hoje consideradas *ricas* ou *avançadas* industrialmente. Aos países mais pobres, para se tornarem também *avançados*, era preciso imitar o processo de industrialização desenvolvido nos países ocidentais. O problema, portanto, residia na *transferência* desse processo nos países avançados.

Assim, nestas proposições estava apenas o entendimento de crescimento, via industrialização. Embora exista uma ligação íntima entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento, não podem ser tomados como sinônimos, porque o crescimento econômico (enquanto processo contínuo de aumento da produção de bens e serviços) é uma condição do desenvolvimento. Os dois conceitos caminham próximos à industrialização, pois o crescimento econômico (condição do desenvolvimento) está assentado em processos de industrialização.

Segundo Morin (2002), o mundo contemporâneo focalizou-se no caráter capitalista e industrial, sendo suficiente para caracterizar as sociedades, seus caracteres estatais, nacionais, democráticos, técnicos, burocráticos – portanto, ocultou as qualidades complexas e a multidimensionalidade da realidade histórico-social. Nas sociedades complexas, o capitalismo ainda é um dos traços dominantes, mas não o único. Em uma sociedade democrática, a dominação do capitalismo pode ser temperada pela ação política.

Segundo esse autor (2002, p. 101), “[...] não podemos mais fixar o mal no capitalismo e o bem em tudo o que o combate, pois o progresso humano é sempre possível, mas também incerto e talvez improvável”. Aqueles que veem a História do século XX, apenas em termos econômicos e industriais, não veem as demais necessidades religiosas, comunitárias, culturais, que se sobrepõem à vontade de industrialização e de desenvolvimento. Assim, também, o termo *desenvolvimento* é um conceito que passou por discussões sobre política e sustentabilidade.

Antes de tratar da política, é importante destacar algumas discussões. Através de um grupo de pesquisadores, coordenados por Dennis Meadows, foi publicado um estudo sobre os Limites do Crescimento. As consequências apontadas pela publicação eram consideráveis:

[...] as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites do crescimento neste planeta serão alcançados [...] o resultado mais provável será o declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial. (CAVALVANTI, 2001, p. 30).

O Relatório Meadows, conhecido como “Relatório do Clube de Roma”, propõe crescimento econômico zero e influenciou, de maneira decisiva, o debate

na conferência de Estocolmo. As críticas a essas teses de Meadows identificaram novas teorias do crescimento, a partir de 1972. Cavalcanti (2001) apresentou que o canadense Maurice Strong, já em 1972, usava o termo ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa de política de desenvolvimento, e introduziu o meio ambiente na agenda internacional, levando à criação, em dezembro do mesmo ano, da primeira agência do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em um país em desenvolvimento. Segundo Nunes (2012), o próprio Strong, em entrevista ao Rio+20, declarou:

Tudo o que ele disse se aplica tão bem à tragédia ambiental no Rio Doce, á crise hídrica, ao colapso na economia, ao consumismo, ao terrorismo que deixou vítimas em Paris, no Líbano, no Quênia, ao stress nas relações humanas. Mas também às lindas ações que se espalham pelo Brasil e pelo mundo, quando ele fala de esperança. (NUNES, 2012, s.p.).

Conforme Bresser-Pereira (2013) afirma, Ignacy Sachs nesta mesma linha de pensamento, jamais perdeu de vista os aspectos éticos do desenvolvimento. Em *A terceira margem*, seu livro de memórias, ele defende um desenvolvimento incluyente que envolva o crescimento econômico, a diminuição das desigualdades e a proteção do ambiente. Além disso, o autor dá especial importância ao problema do trabalho: não apenas ao problema do emprego, mas do trabalho *decente* – “[...] um trabalho convenientemente remunerado, levando-se em conta o nível de desenvolvimento do país, que se faz em condições de salubridade também aceitáveis e dá lugar a relações humanas que respeitam a dignidade do trabalhador”. (SACHS, 2009, p. 347).

Os primeiros debates sobre ecodesenvolvimento prepararam a adoção de sinônimos. Na declaração de *Cocoyoc*,¹ por exemplo, o resultado da reunião das conferências das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento à discussão aprofundou-se. Cavalcanti (2001) relatou que as hipóteses discutidas foram:

¹ Em 1974, foi realizado um simpósio em Cocoyoc, no México. Na reunião, houve discussões sobre a temática e o modelo sugerido por Ignacy Sachs, à medida que realizou a conexão entre explosão populacional, pobreza, degradação e a responsabilidade dos países desenvolvidos com esses problemas, devido a seu elevado nível de consumo, desperdício e poluição e a necessidade e a urgência da mudança dos padrões de produção e consumo dos países industrializados, assim como a busca por maneiras de se construir, na prática, o que Sachs denomina como ecodesenvolvimento. A **Declaração de Cocoyoc** incorporou à discussão a ideia de que existem limites ambientais e sociais para o desenvolvimento.

Explosão populacional [...]; destruição ambiental na África, Ásia e América latina são o resultado de pobreza que leva a população carente a superutilização do solo e dos recursos vegetais; os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo. (CAVALCANTI, 2001, p. 32).

O relatório *Dag-Hammarskjöld*,² 1975, apontou a problemática e o abuso de poder com a degradação ecológica, sobretudo a partir do período colonial, enquanto o Relatório *Brundtland* propôs uma visão mais complexa das causas e dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global, sublinhando a interligação da economia, tecnologia, sociedade e política, bem como uma postura ética caracterizada pela responsabilidade da sociedade atual.

Ao mesmo tempo em que as análises tornaram-se incertas e complexas, também se tornaram cada vez mais fragmentadas. Assim, seria preciso ter presente um novo conceito de desenvolvimento gradativamente, sendo produzido pela teoria do conhecimento. Essa fundação com a política exigiu uma reflexão, pois a incapacidade de pensar conjuntamente os problemas locais e os problemas globais constituiu o aspecto intelectual e maléfico de nossa época. O pensamento reducionista de que nos fala Morin (2000) continua. A ideia de desenvolvimento induz ao conhecimento de vias sinuosas e múltiplas da modernidade. Segundo Becker:

A noção de desenvolvimento sustentável vem sendo utilizada como portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. Transforma-se, em uma categoria-chave, amplamente divulgada, inaugurando uma via alternativa onde transitam diferentes grupos sociais e de interesse como, por exemplo, políticos, profissionais dos setores público e privado, ecologistas, economistas, agências financeiras multilaterais, grandes empresas, etc. (BECKER, 1997, p. 20).

Essa noção de desenvolvimento tem premissas fundamentais, como o reconhecimento da inadequação econômica, social e ambiental do atual padrão de consumo das sociedades contemporâneas. Enquanto isso, os Estados têm se

² Em 1975, a Fundação Dag-Hammarskjöld patrocinou um projeto em parceria com o PNUMA, organizações da ONU, pesquisadores e políticos de países. O Relatório Dag-Hammarskjöld, também conhecido como Relatório *Que Faire* (Que Fazer) afirma a relação entre a atividade humana e a degradação ambiental.

esforçado para alcançar uma situação desejável de desenvolvimento sustentável, capaz de ser aceita, e isso se aproxima do consenso “oficial” do Relatório Brundtland,³ ou seja, acerca das vias de crescimento econômico que devem ser seguidas na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Estamos num período de transição, conforme Morin (2000) identificou, como sendo a passagem do moderno para o pós-moderno; outros autores, conforme Santos (2000), ainda estão numa situação de transição da ciência moderna para a ciência pós-moderna.

Porém, qualquer “novo” modelo de desenvolvimento deverá conformar-se-á nos parâmetros e limites do processo de valorização do capital financeiro, cujas relações dominantes realizam-se através do controle das informações, da apropriação do conhecimento e da capacidade de coordenação financeira global, já exposto por Becker (1997). São esses instrumentos “pós-modernos” que, ao mesmo tempo em que viabilizam a dominação em escala mundial, abrem a possibilidade, embora dentro de limites muito objetivos e concretos e muito mais por necessidade do próprio sistema capitalista, para as histórias locais, tradições do lugar, enfim, para os desejos, as necessidades e fantasias fragmentadas.

Foi nesse sentido que uma Força-Tarefa Global de Governos Locais e Regionais, do PNUD e ONU Hábitat, desenvolveu objetivos para apoiar cidades e regiões no cumprimento da Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável do Sistema das Nações Unidas no Brasil e influenciar a formulação de políticas públicas, visando à criação de um ambiente favorável para a ação no nível local e regional. Assim os objetivos foram:

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos e todas, em todas as idades. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas. Alcançar à igualdade

³ Relatório Brundtland ou *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987, faz parte das iniciativas que reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais, sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta, entre outros, para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e todas. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima (ONUBR, 2017, p. 11).

Para Becker (1997) não dá para pensar numa solução de forma fragmentada, isto é, achar que as questões sociais são do Estado, ou ainda da filantropia de alguns grupos, porque elas dizem respeito ao conjunto da sociedade. Portanto, nós precisamos indagar qual é a redefinição dos papéis de cada um dos segmentos – setores privado, governamental e sociedade civil organizada –, na construção de um modelo de desenvolvimento.

Entre essas categorias que fazem parte do conceito de desenvolvimento sustentável e do socioambientalismo está a cultura. Não só como bem tangível, a cultura também é intangível. Na categoria de um bem ou serviço pode ser consumida, fazendo parte das bases da sociedade de consumo. Aqui cabe uma passagem de Baudrillard (2010) em que ele destaca que o consumo, numa lógica mitológica, não deixa o ser humano satisfeito e, por esse motivo, a História recomeça sempre indefinidamente.

Na sequência, amplia-se a discussão entre a produção e o consumo de cultura e sua relação com o desenvolvimento sustentável.

3 Reflexão sobre a cultura e sua interface com o desenvolvimento

O trabalho de Stigler e Becker (1977) pode ser considerado como um marco na discussão sobre o consumo de bens culturais. No que diz respeito ao consumo de bens e sua relação com o gosto e a preferência, a demanda não estaria relacionada ao gosto (porque como os autores salientam, estes mudam de indivíduo para indivíduo, assim o mais correto é manter a noção *coeteris paribus* – permanecendo estes fixos). No entanto, é a capacidade e a habilidade intelectual dos consumidores que passam a atribuir valores diferenciados para obras de arte, musicais, bens e outros serviços.

Mas há outras dimensões que ultrapassam a pura teoria da demanda. De acordo com Diniz (2009, p. 11), o consumo artístico-cultural tem a “[...] capacidade de estimular a criatividade, a autoexpressão, à coesão social e o respeito à diversidade, podendo ser visto como positivo ao desenvolvimento socioeconômico”. Além disto, “[...] os efeitos do consumo variam de acordo com o conteúdo presente nas formas artístico-culturais e com características do consumidor [...]”. Logo a atividade de consumo é um indicador do acesso a esses bens e serviços e, portanto, dos benefícios potenciais neles contidos. Mas, contrariamente, o não consumo ou as limitações deste consumo identificam as perdas potenciais advindas destas faltas.

Para Sobrosa (2010), há diferentes perspectivas quanto ao debate e à reflexão do consumo cultural, sendo os principais: A Perspectiva Econômica, já apresentada com a obra de Stigler e Becker, a Perspectiva Histórica – em que a prática do consumo liga-se ao momento histórico, localização no tempo e espaço. Esta é importante no sentido de verificar as influências exteriores ao produto cultural, como é exemplo a demanda por cinema nos anos 1930, quando ainda não havia se tornado um bem de consumo de massa e também inexistia concorrentes como a televisão e o computador. Já a Perspectiva Sociológica busca analisar as práticas de acordo com a faixa etária ou o gênero ou, principalmente, o nível econômico e escolar, visto que as necessidades culturais, traduzidas em demandas pessoais, correspondem ao gosto e à preferência em função da “hierarquização socialmente reconhecida das artes decorrente da hierarquia social dos consumidores”. (BOURDIEU, 2007). Por fim, a Perspectiva Psicológica busca entender o consumo cultural individualmente,

para compreender a motivação pessoal para o consumo de bem ou serviço cultural.

Assim, à medida que estas questões foram sendo incorporadas e que o leque de alternativas de bens e serviços foi sendo criado, gradativamente os estudos na área do consumo cultural⁴ se ampliaram e também incorporaram outras categorias, para além de “espetáculos de entretenimento”, pensar a “recreação total”.

A partir destes pressupostos, pode-se indagar: o consumo que envolve bens culturais, pertencentes ao patrimônio cultural de uma região, como o turismo cultural guarda uma relação com a preservação ambiental e, por sua vez, com o desenvolvimento socioambiental?

O turismo é uma importante atividade econômica e proporciona impactos diretos na vida social e cultural de comunidades, sítios e pessoas, gerando trabalho, empregos, rendas e tributos, assim como proporciona contatos culturais e o intercâmbio de diversas localidades, auxiliando na expansão dos meios de comunicação e dos transportes. Desta forma, as designações turísticas estão diretamente associadas como possibilidades de desenvolvimento sustentável às diversas localidades.

Visto que o turismo utiliza elementos da cultura local como atrativo, articula o desenvolvimento econômico com a melhoria da qualidade de vida, saúde, emprego, segurança, preservação do meio ambiente e respeito à diversidade, e valorizam os elementos constitutivos da identidade local. Desta forma, pode-se ampliar a visão do turismo cultural, incorporando práticas do turismo sustentável, sendo que o primeiro traz consigo a memória social da coletividade, significando o bem/serviço turístico.

O patrimônio tornou-se uma componente essencial da indústria turística com implicações econômicas e sociais evidentes. A exploração turística dos recursos patrimoniais permite [...], dispersando o turismo para o interior, para as pequenas cidades, com uma distribuição mais equitativa dos seus benefícios, funcionando assim como fator de criação de emprego e de revitalização das economias locais. Representa também benefícios evidentes no que concerne aos custos de preservação do patrimônio, que muitas vezes não podem ser assegurados pelos poderes locais. Por outro

⁴ A discussão da cultura, no campo do bem-estar econômico, provém de estudos realizados da metade do século XX em diante, sobretudo Baumol e Bowen (1966), que tratavam da oferta destes bens como meritórios e, portanto, passíveis de serem subsidiados pelo Poder Público.

lado, com frequência se reclama a utilização do patrimônio para fins turísticos para se fazer em face de um turismo massificado que ameaça as identidades locais. (SILVA, 2000, p. 220).

Um exemplo desta interface é o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, localizado no Município de São Miguel das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul, a cerca de 480 km da capital do estado. O Sítio Arqueológico constituiu-se Patrimônio Mundial pela Unesco em 1983. No município, em 2017, havia uma população estimada de 7.754 pessoas (IBGE, 2018), e um PIB *per capita*, em 2015, de R\$ 49.139,41 (IBGE, 2018). Segundo Relação Anual de Informações Sociais (Rais), em 2016 existiam no mercado formal de trabalho nove empresas com 49 trabalhadores na atividade turística. (OBSERVATÓRIO DO TURISMO, 2018). Na região havia 12 guias profissionais de turismo regularizados. Numa visão mais ampla da Região, percebe-se uma rede de comércio e serviços que orbitam neste importante segmento econômico: o empreendimento turístico. Diferentes setores e segmentos produtivos estão à disposição do turismo local: desde a produção hortigranjeira até a hotelaria, alimentação, *souvenirs* e outros.

No entanto, se o desfrute não for regrado, mantido e cuidado pela comunidade interessada, a partir do Poder Público, ao mesmo tempo em que é preservado pela comunidade que usufrui do patrimônio cultural, este pode findar e não proporcionar serviços memoráveis para a coletividade.

Assim, a discussão do consumo deste bem cultural, travestido de um patrimônio tombado pela Unesco, corre em paralelo com a necessidade de preservação e conservação do sítio arqueológico, ou seja, de uma conscientização da comunidade local, regional e estadual de que o turismo é uma fonte de geração de emprego, renda, mas também demanda contrapartidas do modelo adotado em sua exploração.

Desta forma, é meritório problematizar, refletir e incorporar, nas discussões e nos estudos a relação dos bens/serviços culturais, a prática da sustentabilidade, não apenas a rentabilidade dos negócios, ou seja: se a cultura gera emprego e renda, o objetivo maior deve ser o conjunto de ações ou políticas que habilitem a sustentabilidade do negócio e, conseqüentemente, da região, incorporando a utilização dos recursos patrimoniais, numa perspectiva de

desenvolvimento durável, sem degradação destes, gerando melhorias da qualidade de vida dos cidadãos, assim como proteção dos recursos utilizados.

4 Considerações finais

As ideias ecológicas chamadas de socioambientalismo, registradas como uma mudança paradigmática, prevê uma interpretação, em que se deve considerar a cultura e o meio ambiente assim como o tema desenvolvimento e sustentabilidade.

Este texto se propôs a refletir acerca do desenvolvimento, lembrando sobre suas diferentes dimensões e, nesse sentido, aproximar-se de problemáticas atuais, visto que este assunto está longe de ser esgotado. A intenção é fornecer subsídios para ampliar e reforçar o debate. Neste sentido, alguns itens merecem ser destacados nestas considerações finais:

– os parâmetros atuais, voltados ao desenvolvimento, ainda são explicados pelo crescimento econômico. Mas, esse conceito gradativamente vem se alterando, à medida que uma visão mais complexa das causas e dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade envolva uma multiplicidade de aspectos: desde os econômicos, tecnológicos e políticos, bem como uma postura ética caracterizada pela responsabilidade da sociedade atual. O resultado dessa mudança se vincula à nossa situação de ambiguidade frente à mudança dos paradigmas;

– o termo *desenvolvimento* é um conceito em transição, que passa por discussões sobre política e sustentabilidade, compreensão da crise planetária que se instala e das necessidades de consolidar a fraternidade das inter-relações entre comunidades e seu meio (MORIM, 2000);

– o modelo de desenvolvimento sustentável é parte desse processo de transformação, de redefinição dos papéis, entre estes do consumo cultural na forma do turismo, utilizado neste artigo como exemplo. Esta atividade econômica demanda recursos naturais e exige uma conscientização da sociedade sobre suas potencialidades e fraquezas. O esgotamento das fontes primárias ou recursos ambientais que se colocam, quando do consumo cultural, como no turismo, é motivo para sua não sustentabilidade no médio e longo prazos.

A intenção destas reflexões foi contribuir para a viabilidade de uma nova racionalidade/mentalidade voltada para a responsabilidade e para o socioambientalismo, como ponto prioritário para o desenvolvimento de uma política sustentável.

Referências

- BAUMOL, William; BOWEN, William. **Performing arts, the economic dilemma**: a study of problems common to theater, opera, music, and dance. New York: Twentieth Century Fund, 1966.
- BECKER, Gary S. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. [S.l.]: Chicago, University of Chicago Press, 1964.
- BECKER, Gary S. **The economic approach to human behaviour**. Chicago: University of Chicago Press, 1978.
- BECKER, Dinizar Fermiano (org.). **Desenvolvimento sustentável**: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRASIL. **Lei n. 9.985/2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em: abr. 2018.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Ignacy Sachs e a nave espacial Terra. **Rev. Econ. Polit**, São Paulo, v. 33, n. 2, apr./june 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n2/a10v33n2.pdf>. Acesso em: abr. 2018.
- CAVALCANTI, Clovis. **Meio ambiente sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.
- CAVALCANTI, Clovis. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2001.
- CUNHA, Licínio. **A definição e o âmbito do turismo**: um aprofundamento necessário. 2010. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/665/A%20Defini%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%20e%20o%20C3%83%E2%80%9Ambito%20do%20Turismo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- DINIZ, Sibelle Cornélio. **Análise do consumo de bens e serviços artístico-culturais no Brasil metropolitano**. 2009. 97 p. Dissertação (Mestrado) – UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 2009.

DINIZ, Sibelle Cornélio; MACHADO, Ana Flávia. Analysis of the consumption of artistic-cultural goods and services in **Brazil**. *Journal of Cultural Economics*, 2010. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007/s10824-010-9129-8>. Acesso em: 20 mar. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/por-cidade-estado-geociencias.html?t=destaques&c=4319158>. Acesso em: 2 maio 2018.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Europa-América, 1996.

MORIN, Edgar. **A introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Dulce Matos Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MORIN, Edgar. **As duas globalizações**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

NUNES, Monica. **Entrevista Maurice Strong e o caminho para a verdadeira sustentabilidade**. Disponível em: conexaoplaneta.com.br/.../maurice-strong-e-o-caminho-da-verdadeira-sustentabilidade. Acesso em: abr. 2018.

OBSERVATÓRIO DE TURISMO. Disponível em: <http://sedactel.rs.gov.br/observatorio-de-turismo>. Acesso em: 3 maio 2018.

ONU BR. Objetivos para transformar o nosso mundo. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Roteiro-para-a-Localizacao-dos-ODS.pdf>. Acesso em: abr. 2018.

SANCHO, José Ramón L.; GRACIA, Maria Isabel G.; PRIETO, José Luis Z. **Cultura y economia**. Madrid: Fundación Autor, 2005.

SILVA, Frederico Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery; SOUZA, André Luis. O consumo cultural das famílias brasileiras. In: SILVA, Fernando Gaiger *et al.* **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: Ipea, 2007.

SOBROSA, Carla. Consumo cultural, possibilidades de análise. Alguns tópicos para reflexão. VI ENECULT, 25 a 27 de maio de 2010, Salvador. 2010. **Anais [...]** Acesso em: 20 mar. 2018. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/wordpress/24847.pdf>.

STIGLER, George J.; BECKER, Gary S. De gustibus non est disputandum. **The American Economic Review**, v. 67, n. 2, p. 76-90, mar. 1977. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1807222>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SILVA, Elsa Peralta da. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. I.S.C.S.P. Universidade técnica de Lisboa. **Antropológicas**, n. 4, p. 217-224, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. El Estado y el derecho em la transición posmoderna: um nuevo sentido común sobre el poder y el derecho. *In*: COURTIS, Christian (comp). **Desde otra mirada**. Buenos Aires: Eudeba, 2001.